

## CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA TRABALHO NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PARÁ

**Autor José Rubens Souza Duarte<sup>1</sup>, Marco Antônio Henrique co-autor<sup>2</sup>, Fábio Ricci orientador<sup>n</sup>**

<sup>1</sup>Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional - Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil – joserubenss@yahoo.com

<sup>2</sup>Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional - Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil

<sup>n</sup>UNITAU/ECA, Orientador - Professor do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 - Taubaté/SP - Brasil – fabioricci@uol.com.br

**Resumo-** A pesquisa tem como objetivo apresentar e caracterizar o Programa Bolsa Trabalho, política pública estadual de inserção de jovens de baixa renda entre 18 e 29 anos no mercado de trabalho, no município de Belém-PA. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica para compreender o modelo econômico e as políticas públicas voltadas para inserção no mercado de trabalho. Considerando o Estado como um agente de promoção de políticas de Emprego e Renda, foi analisado o Programa Bolsa Trabalho que se propõe a oportunizar o acesso de jovens de baixa renda no mercado de trabalho. A análise feita possibilitou a apresentação e caracterização do Programa Bolsa Trabalho. Os resultados nos indicaram que o Programa Bolsa Trabalho atende bolsistas dos bairros mais pobres e violentos, predominando o sexo feminino. Cerca de um quarto dos jovens inseriram-se no mercado de trabalho. Os cursos que mais qualificaram não são detectáveis com dados do mercado formal o que demanda o desenvolvimento de critérios de medição. Com os dados analisados podemos concluir que o PBT acarretou um impacto positivo para inserir o jovem no mercado de trabalho no município de Belém-PA.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Programa Bolsa Trabalho. Inserção no Mercado de Trabalho.

**Área do Conhecimento:** Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Local

### Introdução:

Este estudo apresentará o Programa Bolsa Trabalho do Governo do Estado do Pará, que é uma política pública de trabalho e emprego, e de investimento sócio-econômico que pretende criar condições ao cidadão de acesso e permanência ao mundo do trabalho para cerca de 120.000 cidadãos e cidadãs, no quadriênio 2007-2011, residentes nas zonas rurais e urbanas dos municípios paraenses e cujas famílias estejam inscritas no Programa Bolsa Família do Governo Federal. Este critério, porém, foi modificado, na fase inicial de implantação do programa, passando os mesmos a serem os seguintes: 1) ser estudante concluinte do ensino médio ou ter concluído a pelo menos três anos; 2) ter entre 18 e 29 anos e estar desempregado a pelo menos seis meses; 3) morar no Estado do Pará a pelo menos três anos e ter pelo menos cinco anos de escolaridade formal.

### Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com 7.459 bolsistas do Programa Bolsa Trabalho, cadastrados no ano de 2007, no município de Belém-PA.

Embora no ano de 2007, o programa tenha cadastrado 22.550 bolsistas em outros 27 municípios do Estado do Pará, estes não serão analisados na pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica foi feita pesquisa documental para comparação dos resultados do PBT com dados do mercado de trabalho do município de Belém-Pará.

Tal análise comparativa por meio de dados estatísticos coletados no Sistema Nacional de Emprego – SINE do Município de Belém-PA, que a nível nacional foi instituído pelo Decreto n.º 76.403 de 08 de outubro de 1975, e tem como finalidade promover a intermediação de mão de obra entre trabalhadores e as empresas, e uma série de ações relacionadas ao mundo do mercado de trabalho, como gerar informações sobre o mercado de trabalho, promover qualificação profissional para inserção e reinserção do trabalhador no mercado de trabalho,

gerenciar o programa de seguro-desemprego e apoio ao programa de geração de emprego e renda.

### Resultados e Discussão

Os resultados que a pesquisa apresenta, indicam a descrição, caracterização e resultados do Programa Bolsa Trabalho e seu funcionamento.

### O Modelo econômico e produtivo do Estado

O neoliberalismo na década de 1990 no Brasil pregava que o esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentável, com elevação no nível de ocupação. Com as privatizações, seria reduzido o endividamento público, e se ampliaria os gastos com políticas sociais.

Porém, segundo o relatório nº. 36624-BR do Banco Mundial divulgado em cinco de novembro de 2007:

“Apesar de ter iniciado mais tarde o processo de reformas, o Brasil implementou mudanças rápidas e diligentes. Em 1998, os serviços de telecomunicações foram totalmente privatizados, após a subdivisão do Sistema Telebrás em três provedores regionais e uma portadora internacional. Três grandes companhias de geração de energia e 17 empresas de distribuição foram vendidas entre 1997 e 2000, permitindo que a concorrência desempenhasse um papel central cada vez maior no setor. Toda a malha ferroviária foi desestatizada no período de 1995-99, da mesma forma que a maior parte dos terminais portuários; e foram feitas concessões de cerca de 5.000 km de rodovias federais. Mudaram as leis que regem os diversos setores de infraestrutura e a gestão dos contratos de concessão foi atribuída a agências reguladoras independentes.

O Estado, afirma SIMIONATTO (2000) é “inepto, ineficaz, ineficiente, responsável pelo déficit público são alguns dos adjetivos mais comuns que integram o discurso para designar a crise estrutural do Estado e cimentar a cultura que distorce e destrói a necessidade de sua existência”.

A partir de 1990 a adoção no país de um novo modelo econômico e do processo de desestatização que teve a privatização de várias empresas públicas nesta década, a partir da aprovação do Programa Nacional de Desestatização, com o governo Collor, resultou pouco positivo para a economia e para o trabalho no Brasil, o que levou o país a registrar a pior década quanto à variação do Produto Interno Bruto – PIB de todo o século XX. POCHMANN (2001).

Desta maneira o Estado deixou de ser o responsável direto pelo desenvolvimento

socioeconômico, deixando esta responsabilidade ao setor privado. Segundo POCHMANN os 10 anos voltados para a adoção de programas de reformulação do papel do Estado no Brasil, por meio do processo de privatização, fechamento e incorporações e ajustes das empresas estatais, repercutiram negativamente no volume de emprego neste setor, pois houve a diminuição de quase 546 mil postos de trabalhos diretos.

Fazendo um paralelo com os números de ocupados e desocupados no Estado do Pará e Região Metropolitana atualizados, temos o seguinte quadro:

**Quadro 1**  
**PEA<sup>1</sup>, Ocupados<sup>2</sup> e Desocupados<sup>3</sup>, por situação de domicílio e sexo e Taxa de Desocupação<sup>4</sup> PARÁ E RMB 2004, 2005, 2006**

Condição de Atividade	Pará			RMB		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
PEA(*)	3.308	3.357	3.391	963	1.014	1.005
OCUPADOS(*)	3.099	3.114	3.148	850	885	882
DESOCUPADOS(*)	209	243	243	113	129	123
TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)	6,32	7,24	7,17	11,73	12,72	12,24

(\*) em mil pessoas

Fonte: IBGE, PNAD 2004, 2005, 2006

A partir do quadro 1 observa-se que:

- A taxa de desocupação no Pará, nos anos de 2004, 2005 e 2006, apresenta uma pequena oscilação, registrando 6,23%, 7,24% e 7,17%, respectivamente. No ano de 2005 registrou um acréscimo de 1,01% em relação a 2004. Já em 2006 registrou um decréscimo de 0,07% em relação a 2005.
- A taxa de desocupação na RMB, nesses anos, apresentou também uma pequena oscilação, atingindo 11,73%, 12,72% e 12, 24%.
- A PEA da RMB, em 2006, representa 29,64% da PEA do Estado, para o mesmo ano.

<sup>1</sup> População Economicamente Ativa: pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência.

<sup>2</sup> Pessoa com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastada por motivo de férias, falta, licença, greve, etc.

<sup>3</sup> Pessoa sem trabalho, mas que havia tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência.

<sup>4</sup> Porcentagem de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas.

- A taxa de desocupação da RMB, em 2006, é de 12,24%, para 7,17% da taxa de desocupação do Estado.

Com o comando da economia brasileira sob a responsabilidade do setor privado aumentou enormemente a taxa de desemprego. O processo de revisão do papel do estado, estimulado pela privatização do setor estatal, contribuiu para a explosão de demissões nas empresas públicas, porém, sem a necessária contrapartida de criação de novas vagas nas empresas privadas.

Com isso surgiu à terceirização a subcontratação e a rotatividade de empregos com o objetivo de gerar lucros tanto para o setor estatal como para as novas empresas privatizadas. Somente a taxa de rotatividade passou de 7,3% em 1989, para 24,8% em 1999. POCHMANN (2001).

### **Políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho**

Segundo SPOSATI (1996) “as políticas sociais surgem para equilibrar as diferenças sociais, reduzir as desigualdades sociais, garantindo mínimos sociais com políticas de proteção e desenvolvimento”.

Conforme Cardoso JR (2006 p. 8), “apenas com a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE), em meados dos anos 1970, é que começa a ser idealizado um formato de políticas de emprego que integra serviços de recolocação e proteção ao desempregado”.

Políticas públicas de forma mais ampla, são formas de políticas que são implementadas pelo Estado, por meio de um conjunto de ações, que pretendem reduzir as desigualdades sociais, buscando garantir os direitos aos cidadãos. Além disso, devem atentar e buscar atender primeiramente as suas necessidades básicas, as quais todos conhecemos: educação acessível e de qualidade, formação profissional adequada, oportunidades dignas de trabalho e renda, espaços apropriados para prática de esporte e lazer e como indivíduo em fase de formação, a orientação sobre reprodução humana e saúde sexual. Os jovens precisam de mais apoio, mais atenção e reais possibilidades de auto-realização.

Na vida dos adolescentes diversas são as situações que despertam neles fortes emoções, porque “são pressionados a enfrentar e resolver problemas, jamais experimentados anteriormente”. Com relação aos problemas enfrentados por eles CAMPOS cita o seguinte:

“Ao atravessar o período de transição entre a infância e o estado adulto, o adolescente é desafiado com problemas, tais como: preparação profissional e independência econômica; formação

de atitudes maduras para com o sexo e estabelecimento de interesses heterossexuais, busca do significado e finalidade da vida; descoberta do seu “eu” e de seu lugar no mundo; independência do lar e estabelecimento de novas relações fora do grupo familiar, etc... Indiscutivelmente, a emoção está, portanto, envolvida na vivência de todos esses problemas do adolescente (CAMPOS, 2009, p.52).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em pesquisa feita no ano de 2007, divulgada em maio de 2009, sobre o perfil da educação e alfabetização de jovens e adultos e da educação profissional no Brasil, o Pará ocupa o 21º lugar na lista dos Estados brasileiros que possuem população a partir dos 10 anos em cursos de educação profissional.

Nesse sentido, o Programa Bolsa Trabalho, com auxílio pecuniário aos bolsistas para custearem as despesas com o curso de qualificação profissional, poderá ter índices mais baixos de desistências do curso, e diminuir os problemas financeiros detectados pela pesquisa, enquanto o indivíduo se qualifica.

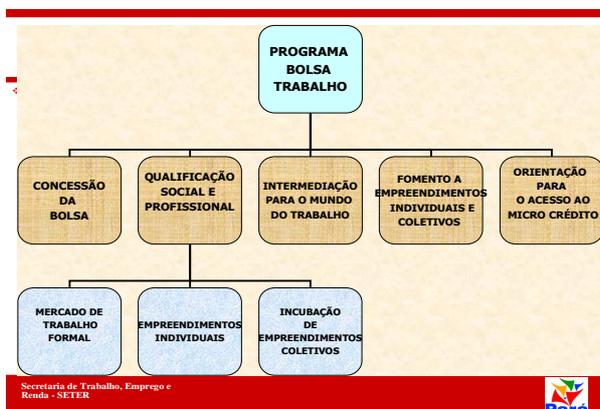
Silva, (2003), considera que o capital humano é essencial para o desenvolvimento e crescimento econômico, pois apenas o capital físico: investimentos e poupança, não atingem esse objetivo sem a educação/qualificação. Afirma ainda que países ou regiões que possuem um sistema educacional mais produtivo, gerando mais capital humano e mais qualificado, tendem a crescer mais rapidamente a médio e longo prazo.

Porém, de uma forma geral as políticas públicas voltadas para a inserção no mercado de trabalho, apontam sempre a falta, ausência de diversos fatores aos trabalhadores, como: pouca escolaridade, pouca qualificação, mas nunca demonstram a real causa de desemprego, que é a falta de postos de trabalho, falta de vagas.

### **O Programa Bolsa Trabalho - PBT**

No Pará o Programa Bolsa Trabalho – PBT foi instituído por ato normativo do Governo do Estado do Pará, expresso pela Lei 7.036 de 14 de Setembro de 2007. A referida Lei regulamenta, em linhas gerais, o funcionamento do Programa, definição do público alvo, sua área de abrangência, o sistema de cooperação técnica e parcerias, bem como, a destinação de recursos orçamentários do tesouro estadual, específicos para sua execução, garantindo a sustentabilidade legal e material para o programa. O valor da bolsa paga aos bolsistas do Programa Bolsa Trabalho-PBT é de R\$ 70,00 setenta reais e foi fixado pelo Decreto n.º 537 de 23 de outubro de 2007 do Governo do Estado do Pará.

**Quadro 2**  
**ESTRUTURA DO PROGRAMA**



Fonte: SETER – Secretaria de Trabalho Emprego e Renda.

Os critérios para que os jovens fossem beneficiados pelo programa são cumulativamente:

- I** - estar desempregado (a) há pelo menos seis meses e não estar recebendo o seguro desemprego;
- II** - ter, pelo menos, cinco anos de estudo em escola de ensino formal e não esteja cursando o ensino superior;
- III** - comprovar que é residente e domiciliado no Estado do Pará há, no mínimo, 3 (três) anos;
- IV** - pertencer, prioritariamente, à família de baixa renda que esteja selecionada e/ou sendo beneficiada pelo Programa “Bolsa-Família” do Governo Federal;

Entre os critérios para ingresso no programa Bolsa Trabalho, estava a participação do programa Bolsa Família, que foi criado pela Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, é um programa do governo federal de transferência de renda que tem como população beneficiária as famílias em situação de pobreza (renda per capita entre R\$50,00 e R\$100,00) e extrema pobreza (renda per capita inferior a R\$50,00).

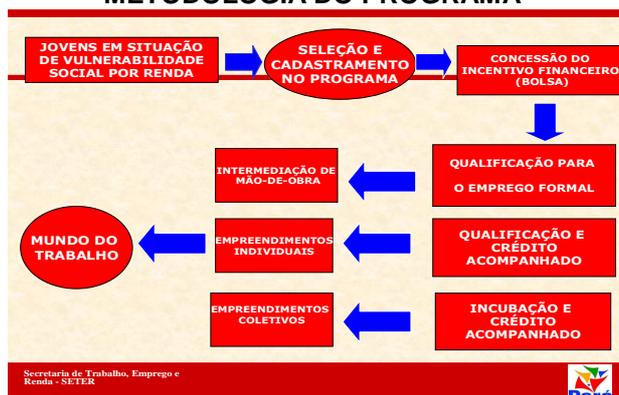
A transferência de renda é realizada através de dois componentes de benefício: básico e variável: Todas as unidades familiares em situação de extrema pobreza são elegíveis para o recebimento do benefício básico que é de R\$50,00 por família. O componente variável é destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição: gestantes, nutrisses, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.

Estes benefícios variáveis têm valores mensais de R\$15,00 por beneficiário, até o limite de R\$45,00 por unidade familiar. Para receber o benefício às famílias se comprometem a manter

as crianças e adolescentes na escola e a comparecer aos postos de saúde para o acompanhamento das gestantes, nutrisses e crianças menores de sete anos.

Em Belém, foram distribuídas 7.459 bolsas, Ananindeua 3.000 bolsas, Barcarena e Benevides 800 bolsas, Marituba 500 bolsas, e Santa Bárbara 200 bolsas. A meta do programa é a distribuição de 50 mil bolsas na fase de implantação e outras 70 mil bolsas na fase de ampliação.

**QUADRO 3**  
**METODOLOGIA DO PROGRAMA**



Fonte: SETER – Secretaria de Trabalho Emprego e Renda

Os bolsistas foram distribuídos por área de inserção. Na intermediação de mão-de-obra, por exemplo, a quantidade de inscrições foi definida conforme a densidade demográfica de cada município. Os mesmos critérios foram adotados para os empreendimentos familiares e solidários.

Segundo o projeto do Programa Bolsa Trabalho, os Agentes de Desenvolvimento Social - ADS's terão como atribuição: a) mediar às relações entre os bolsistas e a Coordenação do Programa, colhendo, sistematizando e socializando as informações, reunindo-se, periodicamente, com os bolsistas para tratar de temas de interesse relevante ao Programa; b) monitorar a evolução do desempenho de cada um dos 100 bolsistas que estão sob sua responsabilidade, emitindo relatórios que serão alimentados no Banco de Dados, se possível com a participação dos bolsistas na confirmação desses dados e; c) motivar a participação dos Bolsistas nas atividades do Programa.

O cadastramento dos 7459 bolsistas iniciou com a escolha dos bairros que foram pré-selecionados por concentrarem os maiores índices de pobreza do município Belém que foram: Pedreira, Sacramento, Jurunas, Terra Firme, Guamá e Benguí.

O Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP divulgou o ranking dos bairros mais violentos de Belém em 2008 que foram:

1º lugar - Guamá, com 7.076 ocorrências;

2º lugar - Jurunas, com 5.193;

3º lugar – Coqueiro, com 5.088;

4º lugar – Pedreira, com 5.049;

5º lugar - Campina, com 5.046.

O cadastro dos bolsistas iniciou no dia 06 de agosto de 2007, e foi até o dia 10 do mesmo mês, no Ginásio da Universidade do Estado do Pará – UEPA. Os candidatos selecionados deveriam comparecer munidos com a carta-convite recebida em suas residências da governadora do Estado Ana Júlia Carepa, a carteira de identidade e o CPF. No momento do cadastramento, os candidatos podiam escolher entre duas modalidades de cursos de qualificação:

**Mercado de trabalho formal:** voltado para a inserção no mercado formal de trabalho. Prevê uma carga horária média de 200 horas, distribuídas com os seguintes módulos: a) Formação para cidadania, cujo objetivo é estimular a percepção que o jovem tem de si, no seu espaço de convivência/na sua comunidade, ampliando essa percepção e possibilitando a interação de conhecimentos sobre a realidade social, política, econômica e ambiental de seu estado, país e do mundo; b) Conhecimento Específico, voltado para a capacitação de habilidades específicas, direcionadas a empregabilidade local, de maneira que ao final do curso, o bolsista esteja preparado para iniciar sua atividade de trabalho.

**Empreendimento individual ou familiar e o empreendimento coletivo:** prevê uma carga horária média de 200 horas, distribuídas em três módulos: a) Formação para cidadania, conforme já explicitado acima; b) conhecimento específico, obedecendo à mesma dinâmica prevista no eixo de intermediação e; c) módulo de gestão empreendedora, direcionando a qualificação para este campo de atuação, como uma das possibilidades de geração de trabalho e renda. Este módulo deve possibilitar aos bolsistas a elaboração de seu Plano de Negócio, observando as orientações do programa de micro-crédito estadual.

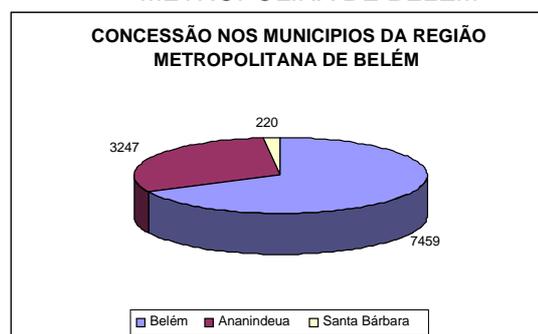
O Sistema Nacional de Emprego – SINE cadastrou os bolsistas e os encaminhou para as empresas já conveniadas com o SINE, e para as novas empresas com as quais foram feitas parcerias, principalmente as que recebem incentivos fiscais do Estado, “... as empresas que recebem os incentivos fiscais têm o compromisso de absorver esta mão de obra que o Estado vai

qualificar através de cursos de qualificação...” (CAREPA, 2007)<sup>5</sup>.

A capacitação para os que escolheram a modalidade de empreendedorismo esta sendo feita pela Universidade Federal do Pará – UFPA em sua incubadora de empresas, o Banco do Cidadão, também parceiro do programa, destinará uma linha de crédito especial para os bolsistas.

## Conclusão

QUADRO 4  
CONCESSÃO DE BOLSAS NA ÁREA  
METROPOLITANA DE BELÉM

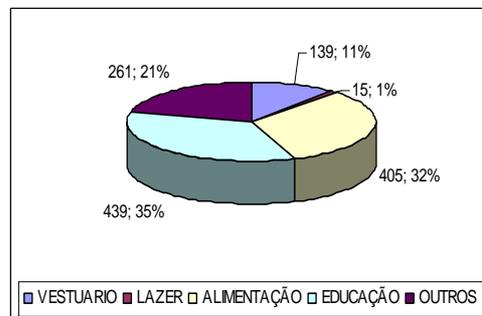


Fonte: SETER – Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda

O quadro acima mostra que o programa Bolsa Trabalho no que diz respeito ao cadastramento dos jovens, no município de Belém, cadastrou 7459 bolsistas para o primeiro ano de funcionamento.

No mês de Outubro de 2009, os bolsistas cadastrados em 2007, foram desligados do Programa Bolsa Trabalho, ao completarem 24 meses de participação no Programa. Compareceram 1124 bolsistas a ação de desligamento.

Demonstrativo em que o benefício foi usado Belém - 2007



Fonte SETER/NUPLAN Relatórios Gerenciais – adaptação própria

<sup>5</sup> Entrevista da Governadora Ana Júlia Carepa no site do Partido dos Trabalhadores: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)

Conforme o gráfico acima se verifica que a pecúnia recebida no valor de R\$ 70,00 era utilizada por 35% dos bolsistas em educação, 32% em alimentação, 20% para outros fins, e 11% em vestuário.

A utilização em educação era na manutenção do próprio curso de qualificação oferecido pelo Programa Bolsa Trabalho, com transporte, canetas, lápis, e segundo relato dos bolsistas aos técnicos que os atendiam, no pagamento de outros cursos de qualificação fora do Programa Bolsa Trabalho.

A utilização em alimentação, era em lanches durante o curso, mas também na ajuda nas despesas de alimentação da família.

O PBT ofertou cursos no âmbito das áreas de construção civil, comércio varejista, prestação de serviços (faxineiros e trabalhadores de manutenção de edifícios e logradouros), e escriturários em geral, que foram as quatro áreas de ocupações que mais contrataram em Belém no ano de 2008, conforme o CAGED/2008.

O PBT teve um índice de inserção de 1/3 dos bolsistas inseridos no mercado de trabalho de Belém-PA, considerando-se o período de qualificação e que houve de fato no ano de 2009 uma crise de emprego, com muitas empresas demitindo trabalhadores, e considerando-se ainda que em outros municípios do Estado do Pará atendidos pelo programa, esse índice alcançou patamares maiores, podem indicar como positivo o Programa Bolsa Trabalho.

O PBT no ano de 2008 foi premiado como umas das 10 “Práticas Inovadoras de Gestão” pelo MDS entre centenas de práticas inscritas<sup>6</sup>, o que corrobora com a indicação positiva desta pesquisa.

### Referências

BRASIL. Decreto n.º 537, de 23 de outubro de 2007. Fixa o valor para pagamento do auxílio-pecuniário previsto no Programa “Bolsa Trabalho” instituído pela Lei n.º 7.036, de 14 de setembro de 2007, **Diário Oficial do Estado do Pará**, Pará, Brasil, n.º 31.033 de 24 de outubro de 2007. Disponível em: <[http://www.ioepa.com.br/site/mat/mostraMateria2.asp?ID\\_materia=172229&ID\\_tipo=21](http://www.ioepa.com.br/site/mat/mostraMateria2.asp?ID_materia=172229&ID_tipo=21)>. Acesso em: 12 Out. 2008

BRASIL. Lei n.º 7.036, de 14 de setembro de 2007. Institui o Programa “Bolsa Trabalho” no Estado do Pará e dá outras providências, **Diário Oficial do Estado do Pará**, Pará, Brasil, n.º 31.007 de 17 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/site/mat/mostraMateria2.asp>>

<sup>6</sup> Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

?ID\_materia=164771&ID\_tipo=21>. Acesso em: 12 Out. 2008.

BRASIL. Lei n.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Casa Civil. Presidência da**

**República.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm). Acesso em 17 Nov de 2008.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Adolescência: Normalidade e Psicopatologia**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 160 p.

CARDOSO JR. J. C. et al. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios a montagem de um sistema público, integrado e participativo**. Brasília: IPEA, 2006. Mimeografado.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004, 2005, 2006. Rio de Janeiro: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007. **Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional**. 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/publicacao\\_completa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/publicacao_completa.pdf). Acesso em: 18 abr 2009

Partido dos Trabalhadores: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)

POCHMANN, M. “**A Década dos Mitos: o novo modelo econômico e a crise do Trabalho no Brasil**”. São Paulo, Contexto, 2001. 184p.

SILVA, Jorge Antônio Santos Silva. “O papel do capital humano, do capital social e das inovações tecnológicas na formação de redes territoriais, no crescimento endógeno e no desenvolvimento regional”. **Contribuciones a la Economía**, Málaga, Mayo. 2006. Disponível em: <http://www.eumed.net/ce/2006/jass-ch.htm>. Acesso em: 11 jun. 2009.

SIMIONATTO, Ivete. “**Reforma do Estado ou Modernização Conservadora? O Retrocesso das Políticas Públicas nos Países do MERCOSUL**”. In: SER Social. Revista semestral do Programa de Pós-graduação em Política Social. Brasília: UNB n.º 7, Julho a Dezembro. 2000. 214p.

SPOSATI, Aldaíza. “**Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania**”. In Núcleo de Seguridade Social e Assistência Social – Programa em Serviço Social. PUC/SP. São Paulo. 1996.